

# SUMÁRIO

PREFÁCIO – SILMARA JUNY DE ABREU CHINELLATO .....	13
APRESENTAÇÃO – RENAN LOTUFO .....	17
1. INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA PESSOA JURÍDICA CONSUMIDORA .....	23
1.1 Relevância do tema proposto .....	23
1.2 O aparente paradoxo da tipificação da pessoa jurídica como consumidora .....	36
1.3 A importância da utilização subsidiária de conceitos do Direito Civil nas relações de consumo .....	39
1.4 Indispensabilidade da proteção ao consumidor no ordenamento jurídico brasileiro .....	47
2. ETIMOLOGIA .....	66
2.1 Origem do vocábulo “consumidor” .....	66
2.2 Origem dos vocábulos “pessoa” e “pessoa jurídica” .....	68
3. HISTÓRICO .....	73
3.1 Desenvolvimento histórico do conceito de pessoa jurídica .....	73
3.2 Análise histórica da relação jurídica de consumo .....	79
4. AS DIVERSAS TEORIAS SOBRE A PESSOA JURÍDICA .....	88
4.1 A pessoa jurídica como ficção .....	88
4.2 A teoria da realidade e outras teorias que analisaram a natureza da pessoa jurídica .....	90
4.3 A crise da pessoa jurídica .....	93
5. A POLÊMICA NO DIREITO BRASILEIRO SOBRE A ADMISSIBILIDADE DE UM CONCEITO AMPLO DE PESSOA JURÍDICA CONSUMIDORA .....	95
5.1 O conceito legal e sua interpretação .....	95
5.2 Vulnerabilidade: cognitiva e econômica .....	111

5.3	Vulnerabilidade e hipossuficiência.....	115
5.4	O estado atual da questão: argumentos favoráveis e contrários à admissibilidade da pessoa jurídica como consumidora .....	143
5.5	A destinação final e a pessoa jurídica consumidora.....	152
5.5.1	A teoria da análise econômica e o dilema da destinação final: o bem de insumo e o bem de consumo .....	152
5.5.2	Uma proposta jurídica para o dilema da destinação final: a causa na relação de consumo.....	167
6.	O PRINCÍPIO DA BOA-FÉ E SUA REPERCUSSÃO NA ADMISSIBILIDADE DA PESSOA JURÍDICA CONSUMIDORA .....	174
6.1	O princípio da boa-fé objetiva como síntese do Código de Defesa do Consumidor.....	174
6.2	Diferenças entre a boa-fé objetiva e a boa-fé subjetiva.....	178
6.3	Utilidade do princípio da boa-fé objetiva na harmonização das relações de consumo .....	184
6.4	A importância do magistrado na aplicação do princípio da boa-fé objetiva.....	189
7.	A PESSOA JURÍDICA CONSUMIDORA NO DIREITO ESTRANGEIRO .....	196
7.1	Sistemas de direito consuetudinário ( <i>common law</i> ).....	196
7.2	Sistemas de direito legislado (romano-germânico, continental ou <i>civil law</i> ).....	202
7.2.1	Europa Continental.....	202
7.2.2	América Latina .....	213
8.	RESPONSABILIDADE CIVIL E PRÁTICAS ABUSIVAS DO FORNECEDOR EM FACE DA PESSOA JURÍDICA CONSUMIDORA.....	217
8.1	Importância da responsabilidade civil na proteção ao consumidor.....	217
8.2	Responsabilidade civil objetiva e responsabilidade civil subjetiva nas relações de consumo .....	220
8.3	Do cabimento do dano moral nas relações de consumo e da reparabilidade do dano moral à pessoa jurídica.....	229
8.4	As práticas abusivas em face da pessoa jurídica consumidora....	233

9. OS CONTRATOS DE CONSUMO E A PESSOA JURÍDICA CONSUMIDORA.....	237
9.1 A intervenção estatal nos contratos de consumo.....	237
9.2 Os contratos celebrados entre a pessoa jurídica consumidora e o fornecedor.....	244
9.3 A possibilidade de aplicação do Código de Defesa do Consumidor aos contratos bancários que tiverem a pessoa jurídica como consumidora.....	251
10. O ESTADO COMO CONSUMIDOR E COMO FORNECEDOR.....	266
10.1 A relação jurídica de consumo e o Estado consumidor.....	266
10.2 A pessoa jurídica consumidora como usuária de serviços públicos.....	271
10.3 A questão da proteção à pessoa jurídica consumidora de serviços públicos no Estado de São Paulo com o advento da Lei Estadual 10.294, de 20.04.1999.....	275
11. O FUTURO DA PESSOA JURÍDICA CONSUMIDORA: MANUTENÇÃO DA TUTELA ATUAL OU A OPÇÃO PELO RETORNO A UM CONCEITO DE CONSUMIDOR MAIS RESTRITO?.....	279
BIBLIOGRAFIA.....	289